



Exmo/a Senhor/a

Maria Irene Pereira Pinto

Beco José Rodrigues Vilhena - lote 10 - 1º Esq.

7520-314 Sines

NIF Entidade: 197128912

Referência	Data de emissão	Processo	Serviço emissor
Ofício n.º 9496 / 2016	26/10/2016	2016/300.10.005/485	Contratação Pública

Assunto: Notificação de adjudicação - Procedimento nº 1119/ADRG/2016 - Aquisição de serviços na modalidade de tarefa para o setor de limpeza

Exma. Senhora:

Nos termos do disposto no art.º 77.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, informa-se V. Exas. que por Despacho do Sr. Vice - Presidente da Câmara é adjudicada a V. Exª a aquisição dos serviços mencionada em epígrafe, pelo valor de **€ 9.740,04 (nove mil setecentos e quarenta euros e quatro cêntimos)**, isento de IVA e com retenção de IRS (25%).

Assim, de acordo com o estabelecido no n.º 1 art.º 81.º do CCP, no prazo de 5 dias úteis deverá ser remetida Declaração Anexo II do CCP, bem como os documentos comprovativos de que não se encontram nas situações previstas nas alíneas b), d), e), i) do art.º 55.º do referido diploma legal, respetivamente:

- a) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- b) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.



c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, Direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

A adjudicação caduca se os documentos de habilitação não forem apresentados dentro do prazo supra citado e se os mesmos não forem redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada.

Com os melhores cumprimentos.

O Vice-presidente da Câmara

(No uso de competências delegadas por despacho datado de 29 de agosto de 2016)